

COMISSÃO DA AMAZÔNIA, INTEGRAÇÃO NACIONAL E DESENVOLVIMENTO REGIONAL - CAINDR

SUBCOMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR E FISCALIZAR A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NA AMAZÔNIA LEGAL

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÕES (do Sr. PADRE TON)

Solicita informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário sobre a situação dos Projetos de Assentado do Programa Nacional de Reforma Agrária e Terra Legal.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa. com base no art. 50, da Constituição Federal, e na forma dos artigos 115 e 116 do Regimento Interno, que, ouvida a Mesa, sejam solicitadas informações ao Sr. Ministro do Desenvolvimento Agrário no sentido de esclarecer esta Casa quanto aos processos de titulação dos agricultores assentados pelo Programa de Nacional de Reforma Agrária e pelo Programa “Terra Legal”, informando o seguinte:

- 1) Relação dos assentamentos rurais que ainda continuam aguardando a sua emancipação, incluindo os investimentos em infra-estrutura e na produção que ainda estão pendentes, indicando as razões.
- 2) Relação das famílias assentadas pelo programa de reforma agrária que ainda não receberam o título definitivo de propriedade, indicando as razões.

- 3) Estimativa de recursos orçamentos necessários à implantação dos assentamentos em vias de emancipação, incluindo a regularização ambiental.
- 4) Relação dos beneficiários do programa “Terra Legal” que foram cadastradas e aguardam a emissão do título definitivo e as razões ou pendências;
- 5) Levantamento dos recursos orçamentários necessários para atender aos programas de apoio e assistência técnica dos agricultores beneficiários da reforma agrária.
- 6) Levantamento dos recursos orçamentários necessários para dar prosseguimento e agilidade ao Programa “Terra Legal”.
- 7) Breve levantamento e diagnóstico dos obstáculos de ordem administrativa à titulação dos agricultores beneficiados pelos mencionados programas de reforma agrária e “Terra Legal”.

JUSTIFICAÇÃO

A Subcomissão Especial destinada a acompanhar e fiscalizar a regularização fundiária na Amazônia Legal foi instituída com o objetivo de diagnosticar os obstáculos de ordem administrativa que têm impedido a titulação dos agricultores beneficiados pelos programas de reforma agrária e Terra Legal, assim como a emancipação desses assentamentos.

Sabemos que existem assentamentos com mais de 20 anos de existência que ainda não foram emancipados. E, enquanto os agricultores e suas famílias esperam a regularização de seus lotes, não podem ter acesso a linhas de financiamento, ficando impedidos de captar os recursos financeiros necessários para o desempenho de suas atividades.

Neste sentido, faz-se necessário o presente pedido de informações ao Ministro do Desenvolvimento Agrário, visto que compete à sua Pasta a execução da política fundiária.

Sala das Sessões, em de setembro de 2011.

Deputado PADRE TON
Relator